

A mulher e a economia:

Trabalho feminino e mulheres empresárias em Portugal no século XIX

Sessão temática do XXII Encontro APHES

Co-organização:

Joaquim da Costa Leite (DEGEI—UA) e Inês Amorim (DH—FLUP)

O mundo do trabalho conheceu extraordinárias mutações no decorrer dos séculos XIX e XX. A multiplicação da população mundial e a duplicação da esperança de vida induziram um crescimento da mão-de-obra sem precedentes. A situação em que se encontram as sociedades industriais surge de forma paradoxal: por um lado, a produtividade do trabalho aumentou, consideravelmente, desde há um século e em particular desde 1950, produzindo-se mais com menos trabalho humano; por outro lado, se uma libertação do constrangimento do trabalho parece possível conferindo mais tempo para outras actividades de índole social, em simultâneo passou a lamentar-se o aumento do desemprego e do subemprego.

Tais paradoxos contribuíram para uma evolução do conceito de trabalho como “emprego” para o conceito de trabalho como “actividade social”, revalorizando-se o trabalho não remunerado ao serviço do interesse público, em que as responsabilidades familiares e sociais se apresentam como formas principais a ter em conta. É neste contexto que se recolocam as relações entre economia e trabalho, entre trabalho e desempenho feminino, impulsionando os problemas e os métodos de análise histórica, sociológica e antropológica, perspectivando o contributo e o desempenho do trabalho feminino no passado.

Nas sociedades pré-industriais o trabalho doméstico parece ser o espaço privilegiado de actuação da mulher. O seu prolongamento está, geralmente, associado às tarefas agrícolas nos meios rurais, e/ou à colocação de filhas solteiras ao serviço doméstico de outras famílias. Numa economia pobre, de base rural com marcas senhoriais, seria de esperar ainda todo um conjunto de formas variadas de viabilizar a sobrevivência ou aumentar os rendimentos do agregado familiar, desde a recolha de lenhas até à criação e venda de animais de capoeira, ou a venda de peixe nos meios piscatórios. Estas diversas actividades eram desempenhadas dentro de uma lógica

familiar, respeitando os papéis tradicionais. O espaço urbano terá criado outras oportunidades, porque os quadros de sociabilidade se alargam, mas a sua invisibilidade continua.

Apesar das limitações do processo português de industrialização e urbanização, o século XIX trouxe mudanças pelo alargamento das actividades abertas às mulheres, nomeadamente nas fábricas, o aumento das distâncias envolvidas--atenuando assim as formas tradicionais de controlo social exercidas por pais, parentes e vizinhos--e a emigração masculina. O horário e disciplina de trabalho nas fábricas era radicalmente diferente do trabalho nos campos. O serviço doméstico numa família próspera da aldeia natal podia ser do mesmo tipo, mas era vivido diferentemente do serviço numa família rica do Porto ou Lisboa. A emigração de longa distância, incluindo um número significativo de homens casados, alterava o equilíbrio da população e obrigava as mulheres que ficavam a administrar a casa.

Mudaram os papéis femininos e alargou-se a margem de liberdade individual? Talvez um pouco, em grupos sociais específicos, mas o quadro geral parece ter mantido uma subordinação essencial aos interesses e à lógica do agregado familiar. Isso limitava por um lado a capacidade de afirmação individual da mulher, mantendo-a vinculada a comportamentos e obrigações tradicionais; enquanto pelo lado das empresas determinava uma mão-de-obra enquadrada por lógicas familiares de raiz camponesa.

Neste contexto assume especial relevo a figura da mulher empresária. Partindo geralmente da lógica familiar, assumindo funções de liderança para suprir a falta ou desaparecimento de um homem—veja-se o caso marcante das viúvas—uma vez estabelecida em posição de destaque nos negócios, mantinha a liderança mesmo quando de novo se configurava uma alternativa masculina por maioria de um filho ou cunhado, por exemplo. O começo podia ser acidental, mas a continuidade demonstrava o sucesso pessoal dessas mulheres.

Dentro desta perspectiva geral, esboçada como hipótese de trabalho, muito resta por conhecer no que respeita a desempenhos específicos, natureza e intensidade das mudanças no quadro económico e social, bem assim como a alteração dos valores que o enformam. O estudo foca essencialmente o século XIX em Portugal, podendo no entanto ser alargado no tempo e no espaço, tendo em conta sobretudo uma perspectiva comparada.

A proposta de sessão temática visa confrontar resultados de investigação, estimular conclusões sempre provisórias, propondo eventualmente novos rumos de investigação.

Estão previstas as seguintes comunicações:

- Irene Maria Vaquinhas (FLUC) “As mulheres e a economia em Portugal: Balanço historiográfico (séc. XIX – princípio do séc. XX)”
- Inês Amorim (FLUP) “Mulheres, tempo e trabalho no sector das pescas no século XIX”
- Alda Mourão Filipe (ESE—IPL) “Mulheres empresárias no distrito de Leiria”
- Gaspar Martins Pereira (FLUP) “Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896): a mulher, a família e a empresa”